

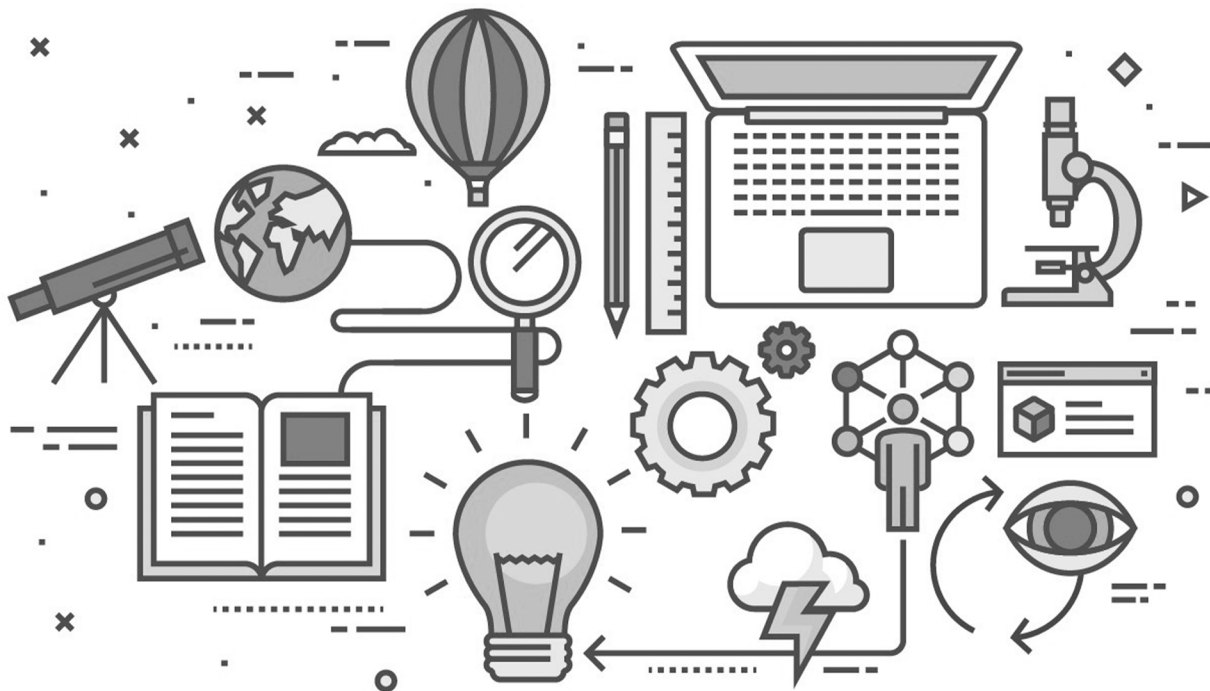


**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da
sociabilidade humana

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-725-3

DOI 10.22533/at.ed.253211401

1. Educação. 2. Política pública. 3. Sociabilidade humana. 4. Discente. 5. Docente. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências da Educação se tornaram em um proeminente campo científico de estudos com ampla importância acadêmica na área humanística e crescente reverberação social de suas discussões em função dos desdobramentos em um novo paradigma técnico-científico-informacional de uma caracterizada Sociedade da Informação ou do Conhecimento.

Tomando a premissa de se olhar os fatos da realidade concreta para se projetar discussões teóricas, a presente obra indica o uso das Ciências da Educação e de uma abordagem multidisciplinar como estratégia teórico- metodológica funcional para uma imersão profunda na complexa tessitura social, permitindo assim a construção de um rico debate.

Este livro, intitulado “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: A Realidade Discente e Docente 3”, apresenta vinte e três capítulos em cujas discussões existe um encadeamento lógico de construção de uma agenda de debates relacionados ao estudante e a mecanismos de sua avaliação, bem como sobre a formação e a prática docente.

À luz de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas nesta obra proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Ciências da Educação.

Fruto de um colaborativo trabalho de 46 pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de todas as macrorregiões brasileiras, bem como estrangeiros do Chile, Espanha e Portugal, esta obra apresenta uma rica contribuição no mapeamento de temas com ampla relevância empírica para compreender os potenciais desafios e oportunidades da realidade de discentes e docentes.

Diante dos resultados apresentados em ricas discussões caracterizadas por um elevado rigor teórico-metodológico e um forte comprometimento com a construção dialógica de novos conhecimentos, o presente livro entrega uma acessível apreensão para um amplo público leigo ou especializado sobre temas relevantes e representativos no estado da arte do campo das Ciências da Educação.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

A REALIDADE DISCENTE E DOCENTE

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM

Yony dos Santos

Helder Ranieri de Castro Leite

Wanderley José de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2532114011

CAPÍTULO 2..... 9

A MELHORIA DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Carlos Varela Gil

DOI 10.22533/at.ed.2532114012

CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE EM TRABALHAR SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE 2000 A 2017

Maria Cristina Rocha Silva

DOI 10.22533/at.ed.2532114013

CAPÍTULO 4..... 28

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM FOCO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ACADÊMICO PÓS-POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Allane de Souza Pedrotti

DOI 10.22533/at.ed.2532114014

CAPÍTULO 5..... 42

COMPETÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO QUE OS ESTUDANTES DE MESTRADO TÊM ANTES DE ENTRAREM

Maria Paz García-Sanz

Begoña Galián

María Luisa Belmonte

DOI 10.22533/at.ed.2532114015

CAPÍTULO 6..... 53

PRÁCTICAS EXTERNAS: UNA VISIÓN DESDE EL TUTOR

Carles Dulsat Ortiz

DOI 10.22533/at.ed.2532114016

CAPÍTULO 7..... 64

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA – UM CAMPO ABERTO PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Claudia Maisa Antunes Lins

DOI 10.22533/at.ed.2532114017

CAPÍTULO 8	78
PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA ENTRE SUPERVISORES DE ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Eliane Antônia de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.2532114018	
CAPÍTULO 9	88
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: MODELO DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA	
Isabel Maria Tomázio Correia	
Maria Manuela de Sousa Matos	
Sofia Gago da Silva Corrêa Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.2532114019	
CAPÍTULO 10	101
O DOCENTE E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	
Alvino Moraes de Amorim	
Natal dos Santos Soares	
Tiago Bacciotti Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.25321140110	
CAPÍTULO 11	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.25321140111	
CAPÍTULO 12	128
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTE DE ENSINO RELIGIOSO: UMA PERSPECTIVA EM CONSTRUÇÃO	
Sônia Maria Dias	
Selma Correia Rosseto	
DOI 10.22533/at.ed.25321140112	
CAPÍTULO 13	135
O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Vitória Eduarda Rocha Simões	
Karina Estefânia Luizeto Alves	
Eromi Izabel Hummel	
DOI 10.22533/at.ed.25321140113	
CAPÍTULO 14	146
FORMAÇÃO DOCENTE & EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO COM CRIANÇAS PEQUENAS	
Nelcir Francisca da Silva	
José Carlos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140114	

CAPÍTULO 15	159
FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	
Suzana Alves dos Santos Melo	
Maria Alice Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140115	
CAPÍTULO 16	167
MODIFICAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS NO BRASIL: DO PRESENCIAL PARA O EAD	
Valéria Metroski de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.25321140116	
CAPÍTULO 17	177
FORMAÇÃO DE LEITORES: O PERFIL LEITOR DE ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS CUIABÁ	
Fernanda Barbosa Duarte de Souza	
Mariana Carolina Oliveira Carneiro	
Jamilly Mendonça dos Santos	
Anny Vitoria Carvalho da Silva	
Claudia Lucia Landgraf Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.25321140117	
CAPÍTULO 18	185
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DA CADEIA, UMA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE LA SANTÍSIMA CONCEPCIÓN, NO SUL DO CHILE	
Raúl Patricio Escobar Maturana	
Mauricio Alarcón Álvarez	
DOI 10.22533/at.ed.25321140118	
CAPÍTULO 19	190
<i>GLOBAL SCHOOLS</i> : A FORMAÇÃO DE DOCENTES COMO CHAVE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
La Salete Coelho	
Luísa Neves	
DOI 10.22533/at.ed.25321140119	
CAPÍTULO 20	204
O PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PR	
Claudinéia Maria Vischi Avanzini	
Adriana de Oliveira Chaves Palmieri	
Eliane Terezinha Buwai Krupa	
Danuse de Porciúncula Araújo	
Elisa Daniele de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.25321140120	

CAPÍTULO 21	214
A PRÁXIS DOCENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EMANCIPATÓRIOS: ATO REGULATÓRIO E ATORES CURRICULANTES Yara Pires Gonçalves DOI 10.22533/at.ed.25321140121	
CAPÍTULO 22	223
PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADUTORAS DE UM ENVOLVIMENTO FORTE DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM Virgilio Gomes Correia DOI 10.22533/at.ed.25321140122	
CAPÍTULO 23	234
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ DIANTE DA NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA: POSSIBILIDADES E LIMITES Clarice Schneider Linhares Laurete Maria Ruaro DOI 10.22533/at.ed.25321140123	
SOBRE O ORGANIZADOR	245
ÍNDICE REMISSIVO	246

FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 05/10/2020

Suzana Alves dos Santos Melo

Universidade Federal do Maranhão
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/3065707458451443>

Maria Alice Melo

Universidade Federal do Maranhão
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/8175989249772475>

RESUMO: Este trabalho analisa os aspectos históricos e políticos do ensino da arte e da formação de arte/educadores no Brasil a partir dos anos 70, considerando os principais marcos relacionados às políticas implementadas e também ao papel das organizações e associações profissionais na conquista direitos tais como: a presença e permanência do ensino da arte no contexto escolar, melhorias na qualidade da formação de professores de arte. O estudo se configura como pesquisa documental, tendo como fundamentação teórica os estudos de Barbosa (2012), Tourinho (2012), além dos documentos oficiais relativos à educação brasileira. Concluímos que a trajetória histórica e política analisada é permeada por constantes desafios, sendo necessária a articulação constante dos arte/educadores na defesa de suas reivindicações e dos direitos já conquistados.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de arte/educadores. Ensino da arte. Educação.

ART FORMATION/ EDUCATORS IN BRAZIL: HISTORICAL AND POLITICAL ASPECTS

ABSTRACT: This work analyzes the historical and political aspects of art teaching and art training/ educators in Brazil from the 70s, considering the main milestones related to the policies implemented and also the role of professional organizations and associations in conquering rights such as: the presence and permanence of the art teaching in the school context, improvements in the quality of art teacher formation. The study is configured as documentary research, having as theoretical basis the studies of Barbosa (2012), Tourinho (2012), in addition to the official documents related to Brazilian education. We conclude that the historical and political trajectory analyzed is permeated by constant challenges, being necessary the constant articulation of art/ educators in the defense of their claims and the rights already conquered.

KEYWORDS: Art formation/ educators. Art teaching. Education.

1 | INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do ensino da arte e da formação de arte/educadores no Brasil é marcada por um intenso processo de lutas e conquistas dos profissionais da área, cuja atuação teve início a partir da década de 1980, com o surgimento de diversas organizações e entidades voltadas para a defesa da arte no contexto escolar, como também de melhores

condições de formação profissional.

A aprovação da LDB nº 5692/71 trouxe em seu bojo, além da presença da arte, diversos problemas, que permearam o cenário pelas décadas seguintes, gerando inúmeras consequências para a qualidade do ensino da arte nas escolas e também da formação dos arte/educadores brasileiros.

Neste trabalho discutiremos este percurso histórico e político, iniciando pela década de 1970, a partir da LDB/71 e suas implicações para o ensino e formação em arte, perpassando pelas décadas posteriores, destacando a atuação das associações e entidades da área na conquista de diversos avanços no cenário educacional até à atualidade. Destacamos ainda os desafios do contexto atual, que exige constante vigilância frente aprovações de leis e documentos que contrariam os direitos já conquistados.

2 | A LDB Nº 5692/71 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO E FORMAÇÃO EM ARTE

Ao rever a trajetória do ensino da arte no Brasil, poderíamos dizer que a reforma educacional de 1971 protagonizada pela aprovação da LDB nº 5692/71 foi um marco e mesmo um avanço importante. Nela a Educação Artística (EA) aparece pela primeira vez como componente obrigatório nos currículos de 1º e 2º graus. Entretanto, num cenário político conflituoso em que o Brasil está sob o comando do regime militar, como conceber a obrigatoriedade justamente o ensino da Arte? Não é justamente a Arte um dos alvos da perseguição e da censura por parte do governo militar? Não é a Arte uma das primeiras vias de expressão do pensamento, da subjetividade, de interpretação e crítica da realidade? Cabe então perguntar: qual a natureza do ensino proposto pela reforma educacional de 1971? A que perspectivas e interesses atende?

Ao discutir o ensino da Arte neste período, Barbosa (2012, p. 9) ressalta que a inclusão da Educação Artística no currículo de 1º e 2º graus não resultou das reivindicações dos arte/educadores brasileiros, mas de um acordo entre o MEC e o United States Agency for International Development (USAID). O acordo Mec-Usaid buscou transformar a educação brasileira, visualizando-a como um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico, bem como para a consolidação do sistema capitalista no país. Barbosa (2012, p. 9) afirma que a LDB/71

[...] estabeleceu uma educação tecnologicamente orientada que começou a profissionalizar a criança na sétima série, sendo a escola secundária completamente profissionalizante. Essa foi uma maneira de proporcionar mão-de-obra barata para as companhias multinacionais que adquiriram grande poder econômico no país sob o regime da ditadura militar (1964-1983)

A reforma educacional de 1971 trouxe à tona diversos problemas para o ensino da Arte. Um deles está relacionado à indefinição da área no texto da lei, que se limitou a estabelecer que a Educação Artística seria obrigatória. Mas, que educação artística?

Com que objetivos? Em quais bases epistemológicas esta disciplina se baseia naquele momento?

Esta abordagem vaga da Arte trouxe consequências que permeiam o seu ensino até a atualidade, tais como: o desprestígio e o preconceito com que é tratada no contexto escolar, interpretações e conceitos equivocados acerca das funções da arte na escola, na sociedade e na vida.

Tourinho (2012, p. 32-33) comenta que estes conceitos foram utilizados, inclusive como argumentos de defesa da Arte na escola, apontando sua necessidade como atividade recreativa, de relaxamento dos alunos, como instrumento para o desenvolvimento moral, criativo e sensível, com acessório para a decoração do ambiente escolar e celebrações diversas, como apoio pedagógico a outras disciplinas, dentre outros. A autora, entretanto aponta que tais argumentos estão

[...] alheios aos processos que compreendem a atividade artística (conceber, fazer/criar, perceber, ler, interpretar), seus produtos (obras, manifestações), ações e reflexões. Esse distanciamento entre argumentos de defesa e a realidade da escola gerou um tratamento curricular da Arte que, além de outras implicações, despiu esse ensino da reflexão, da crítica e da compreensão histórica, social e cultural desta atividade na sociedade.

Outra questão fundamental no contexto da aprovação da LDB/71 era a inexistência de professores qualificados na área para lecionar a disciplina, já que, até àquele momento, não existiam cursos de formação de professores de Arte em nível superior, o que a própria lei previa em seu art. 30, letra c: “em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena”.

Para resolver esta questão, em 1973 foram criados os primeiros cursos universitários de licenciatura em EA no Brasil. Estes cursos, caracterizados como licenciaturas curtas, tinham a duração de dois anos e compreendiam em seus currículos as diversas linguagens artísticas, isto é, dança, música, artes visuais e teatro. Assim, a formação de arte/educadores em nível superior traz como característica inicial a polivalência. Para Barbosa (2012, p. 10) a pretensão de formar um jovem professor para tantas linguagens em apenas dois anos, esperando que este esteja preparado para lecionar todas estas linguagens no 1º e no 2º grau, é “um absurdo epistemológico”.

Os professores careciam de fundamentação teórica para o planejamento de suas aulas, tendo em mãos apenas um livro didático, cujo conteúdo reforçava o *laissez-faire* como estratégia de ensino. A história da arte, a apreciação estética, o fazer artístico contextualizado, as imagens (fossem elas da produção artística universal, ou do cotidiano) estavam ausentes da sala de aula.

Frente a tantos problemas arte/educadores brasileiros buscaram uma articulação política, com o objetivo de empreender ações reivindicatórias junto aos governos, em prol de melhorias na formação e de garantias de permanência do ensino da arte no contexto

escolar, questão que passaremos a discutir no tópico seguinte.

3 | O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NA CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DA ARTE NA ESCOLA E DOS FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES BRASILEIROS

A obrigatoriedade da Arte no currículo escolar, ainda que de forma insipiente, significou um avanço e um fator impulsionador da articulação dos profissionais da arte/educação na década de 1980, resultando, inclusive na organização de associações e grupos representativos deste segmento, dentre as quais: Associação de Arte/Educadores de São Paulo (AESP), Associação de Arte/Educadores do Nordeste (ANARTE), Associação de Arte/Educadores do Rio Grande do Sul (AGA), Associação dos Profissionais em Arte/Educação do Paraná (APAEP), a própria Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB), órgão representativo dos profissionais em âmbito nacional, além da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), que teve um papel importante na inserção da área de Arte na comunidade científica, conquistando espaços dentro das agências de financiamento e fomento à pesquisa como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e CAPES, em que a Arte já figura como área de conhecimento autônoma.

Dentre as principais reivindicações das associações naquele período estavam: a permanência da arte como disciplina obrigatória nas escolas; a ampliação da duração dos cursos de licenciatura em Educação Artística para quatro anos e conseqüentemente a reformulação dos seus currículos; a obrigatoriedade do ensino de todas as linguagens artísticas (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música) em todos os níveis de ensino (pré-escola ao 2º grau); a extinção das licenciaturas curtas.

Como resultado dessas reivindicações, podemos citar a inserção da arte nos artigos 206, 208 e 210 da constituição federal e também a obrigatoriedade da disciplina na escola pela LDB nº 9394/96, que em seu art. 26 § 2º prevê: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Diferentemente do que ocorreu na LDB/71, na nova lei as artes são mencionadas em vários trechos, sendo abordada como área de conhecimento e não meramente como atividade.

Outra questão abordada pela LDB/96 que representou melhorias para as artes foi a regulamentação da formação dos professores para atuação na educação básica. No artigo 62 consta:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A partir deste artigo, a formação de arte/educadores por meio de cursos de licenciatura curta estava oficialmente extinta, sendo dali em diante exigida licenciatura plena para o exercício do magistério a partir da 5ª série.

Outra ação realizada no contexto das reformas foi a elaboração dos PCNs para o ensino fundamental e médio, e também o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que representaram avanços importantes no tratamento dado à Arte, tanto no que se refere à especificação das linguagens, como também na caracterização de cada uma delas, respondendo ao que já vinha sendo defendido pelos profissionais. É possível identificar ainda a contribuição desses documentos para a superação da ideia de arte como mera atividade prática, e para a sua clara definição como área de conhecimento, com características, objetivos, critério e sentidos próprios. A abordagem da área pela legislação e pelos documentos citados ocasionou ainda sua mudança de nomenclatura enquanto componente curricular, passando sua denominação de Educação Artística, para Arte.

Entretanto, estes documentos receberam críticas e suscitaram dúvidas quanto a sua viabilidade de efetivação, considerando a diversidade e complexidade dos contextos educacionais do país. Quanto a isso Tourinho (2012, p.29-30) afirma que:

[...] no que se refere às orientações e propostas contidas nos referidos documentos, particularmente nos PCNs, é muito possível que poucas saiam da página impressa. Histórica e socialmente conservadoras, pedagogicamente megalômanas, e culturalmente demagógicas – porque descontextualizadas – um grande número das propostas que ali estão, fazem efeito, mas não levam a efeito aquilo que propõem.

Já no ano 2002 foram aprovadas as DCNs referentes à formação de professores da educação básica, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.

Em conformidade com estes documentos, foram também fixadas as DCNs para os cursos de formação docente na área de Arte – Música: Resolução CNE/CES nº 2/2004; Dança: Resolução CNE/CES nº 3/2004; Teatro: Resolução CNE/CES nº 4/2004; Artes Visuais: Resolução CNE/CES nº 1/2009 –, o que significou mais uma conquista para os arte/educadores, visto que esta legislação considerou as especificidades das linguagens artísticas. Deste modo, a lei não mais prevê a existência de cursos polivalentes de EA, e sim de novos cursos específicos em cada linguagem. Esta conquista veio a ser complementada pela aprovação em maio de 2016 da Lei nº 13.278/2016, que estabelece cada uma das linguagens artísticas – Música, Artes Visuais, Teatro e Dança – como disciplinas obrigatórias. Entretanto, na maioria das escolas brasileiras a disciplina Arte continua sendo responsabilidade de um único professor que tem a incumbência de ministrar os conteúdos das quatro linguagens, mesmo não tendo formação adequada para isso.

Todavia, no mesmo ano em que esta lei foi aprovada, iniciou-se um novo ciclo no cenário político brasileiro. Com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, o país passou a ser comandado pelo vice-presidente Michel Temer,

cujo governo tem sido marcado por reformas em diversos setores, as quais vem sendo aprovadas em caráter de urgência, mesmo diante da reprovação da maioria da população, sob o argumento de superar a crise política e econômica.

No campo da educação, foram aprovadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Medida Provisória nº 746/2016, que trata da reforma do ensino médio, transformada na Lei nº 13.415/2017. Ambas significam para o ensino da Arte no país um grave retrocesso.

Quanto à BNCC, desde a publicação de sua primeira versão ainda em 2015, a FAEB juntamente com a ABEM, ABRACE, ANDA e ANPAP enviaram ofício ao ministro da educação, indicando diversos pontos problemáticos da proposta em relação ao ensino de Arte e apresentando sugestões de revisão do texto.

Entretanto, estas sugestões não foram acatadas, de modo que na versão final para o ensino infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro de 2017, prevaleceu a perspectiva presente nas primeiras versões.

Já a MP nº 746/2016 traz em seu texto nada menos que a exclusão da disciplina Arte do currículo do ensino médio, juntamente com Educação Física, Filosofia e Sociologia. Imediatamente após a publicação da referida MP, a FAEB se manifestou através de nota oficial e cartas enviadas aos parlamentares, com o objetivo de pressioná-los a rever a questão. Frente às exigências da categoria e de outras entidades, a Arte e a Educação Física permaneceram como disciplinas obrigatórias. Mas em que condições?

A repentina aprovação da MP nº 746, já em fevereiro de 2017, sem qualquer consulta à sociedade, foi recebida pelo movimento dos arte/educadores com muita indignação. Em nota pública (2017) a FAEB afirma: “Esta MP altera a já conquistada obrigatoriedade do componente curricular Arte para todos os níveis da Educação Básica definida pela LDB nº 9.394/96. Duro golpe para a nossa luta de décadas pelo ensino de Arte no país” (FAEB, 2017). Nesta nota a FAEB aponta que a MP reduz o ensino da Arte no ensino médio a “estudos práticos”, sem a menos explicar o que isto significa.

Diante desses apontamentos, concluímos que estas duas medidas são extremamente prejudiciais ao ensino da Arte na educação básica, além de atrapalhar o processo de reconhecimento e consolidação da formação dos arte/educadores em suas áreas específicas. Tanto a BNCC, quanto a reforma do ensino médio desconsideram conquistas importantes, asseguradas por lei, fruto de lutas travadas pelos profissionais da Arte ao longo de décadas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes relatos históricos mostram que a trajetória do ensino da Arte e da formação de professores nesta área passou por intensas dificuldades de consolidação, desde a aprovação da LDB/71 até os dias atuais. A década de 1980 marcou o despertar dos arte/educadores a uma atuação política, através da qual encaminharam reivindicações

e propostas às instâncias de administração da educação brasileira, logrando êxito em diversas delas, contribuindo significativamente para os avanços alcançados na área, especialmente a partir da LDB/96.

Todavia, a maneira como as recentes reformas são aprovadas, sem a devida consulta à sociedade e às associações profissionais, demonstra que há ainda um longo percurso pela frente. Não há garantias de permanência da Arte no currículo escolar, de modo que a vigilância dos arte/educadores em relação às políticas educacionais torna-se cada vez mais necessária.

REFERÊNCIAS

BABOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 16 de setembro de 2017.

_____. **Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

_____. **Medida Provisória nº 746/2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medpro/2016/medprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>> Acesso em: Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/ CES Nº 1, de 16 de janeiro de 2009.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rces001_09.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 4 DE 8 DE MARÇO DE 2004.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04-04.pdf>> Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 3 DE 8 DE MARÇO DE 2004.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03-04.pdf>> Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 2, DE 8 DE MARÇO DE 2004.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>> Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** – Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

FEDERAÇÃO DE ARTE/ EDUCADORES DO BRASIL. **Nota pública da FAEB sobre a aprovação pelo Senado da Medida Provisória do Ensino Médio – 2017.** Disponível em: <<http://faeb.com.br/admin/shared/midias/1506104991.pdf>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

TOURINHO, Irene. Transformações no ensino da Arte: algumas questões para uma reflexão conjunta. In: BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte.** São Paulo: Cortez: 2012. P. 52-65.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 26, 28, 30, 33, 39, 40, 79, 80, 81, 85, 86, 95, 105, 112, 118, 119, 120, 124, 125, 130, 133, 137, 138, 141, 142, 144, 155, 207, 219, 236, 237, 240

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 71, 74, 75, 85, 89, 93, 95, 96, 99, 104, 105, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 129, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 150, 154, 158, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 220, 221, 223, 225, 227, 229, 237, 239, 240, 241

Arte 27, 70, 76, 119, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 212

Artes visuais 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 38, 39, 81, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 109, 120, 129, 130, 132, 135, 137, 139, 140, 141, 144, 207, 210, 212, 236, 245

B

Brasil 17, 19, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 41, 66, 68, 70, 76, 79, 87, 103, 106, 107, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 134, 137, 138, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 217, 218, 221, 233, 235

C

Chile 185, 186, 187, 188, 189

Cidadania 4, 64, 103, 119, 121, 138, 147, 152, 155, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 201, 203, 209, 237, 240, 245

Clínica 78, 80, 83, 84, 86

Competência 3, 37, 39, 130, 243

Comunidade 28, 29, 35, 39, 70, 72, 76, 77, 89, 103, 104, 107, 113, 117, 119, 125, 127, 133, 139, 147, 148, 151, 153, 156, 162, 179, 183, 191, 192, 197, 199, 201, 207, 209, 237, 244

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 64, 69, 72, 73, 94, 96, 99, 102, 105, 110, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 133, 140, 141, 148, 150, 154, 155, 156, 162, 163, 169, 170, 179, 180, 191, 192, 197, 199, 206, 207, 208, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 238, 239

Cotas 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40

Currículo 33, 64, 65, 72, 76, 77, 104, 124, 127, 129, 132, 133, 139, 157, 160, 162, 164, 165, 192, 197, 199, 200, 207, 210, 215, 216, 221, 222, 237, 239, 244

D

Desempenho 4, 5, 9, 28, 29, 33, 38, 39, 40, 89, 95, 98, 110, 120, 122, 207, 215, 232, 234,

Disciplinas 15, 22, 25, 33, 36, 51, 53, 85, 102, 126, 161, 163, 164, 174, 218, 219

Docente 8, 18, 25, 39, 43, 44, 51, 55, 64, 70, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 144, 146, 151, 153, 154, 156, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 186, 189, 202, 204, 205, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 239, 240

E

EAD 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

Educação 5, 6, 7, 8, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 41, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 88, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245

Educação continuada 109, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 158

Educadores 22, 23, 24, 26, 69, 76, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 103, 126, 146, 147, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 180, 206, 240

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 64, 67, 75, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 180, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 241, 243

Ensino fundamental 31, 32, 33, 35, 36, 64, 135, 137, 151, 156, 162, 163, 164, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212

Ensino regular 135, 137, 138, 139, 140

Ensino religioso 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 212

Escola 6, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 38, 39, 40, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 100, 102, 104, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 130, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 176, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 197, 202, 207, 208, 209, 210, 213, 223, 227, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245

Escolarização 153, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Estágio 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 108, 136, 217, 218, 219, 220

Estudante 9, 69, 70, 71, 74, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 207, 237

F

Família 18, 21, 26, 79, 82, 83, 119, 127, 138, 148, 153, 180, 182, 183, 210, 227, 233

Formação 2, 4, 5, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 41, 53, 64, 67, 75, 78, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 238, 239, 241, 242, 243, 244

Formação inicial 88, 89, 90, 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 146, 147, 153, 154, 155, 169, 175, 192, 210, 215, 221, 239

G

Gênero 16, 17, 22, 24, 26, 78, 180, 181, 182, 183, 213

Global 46, 64, 89, 109, 135, 184, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 202, 203

I

Inclusão 1, 122, 135, 136, 137, 140, 143, 144, 150, 151, 160, 192, 215

Infância 15, 20, 22, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 148, 149, 151, 156, 183

L

Leitor 29, 177, 178, 179, 180, 181, 182

P

Pedagogia 8, 27, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 98, 100, 104, 108, 127, 135, 136, 139, 140, 144, 151, 167, 174, 184, 213, 219, 221

Pedagogo 234, 239, 240, 243, 244

Política educacional 116, 121, 237

Prática 1, 2, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 30, 64, 67, 70, 72, 74, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 143, 144, 155, 158, 163, 173, 178, 179, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 236, 240, 241, 242

Prática pedagógica 2, 5, 6, 64, 72, 88, 89, 91, 92, 94, 99, 100, 117, 206, 210, 216, 217, 241

Práxis 86, 214, 216, 217, 220, 221

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 21, 22, 24, 66, 73, 90, 99, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 154, 155, 161, 163, 175, 182, 205, 206, 207, 208, 210, 215, 217, 219, 220, 221, 234, 236, 237, 240, 243, 245

Q

Quilombola 146, 147, 148, 151, 153, 154, 156, 157

R

Racionalidade técnica 234, 239

Religião 15, 22, 128, 132, 148

S

Saberes 3, 66, 69, 85, 89, 91, 95, 98, 100, 107, 109, 115, 127, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 199, 221

Satisfação 53

Serviço social 78, 79, 82, 86, 87

Sexualidade 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Supervisão 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 104, 120, 140, 194, 234, 235, 236, 237, 238, 244

T

Teoria 7, 8, 53, 67, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 113, 115, 124, 127, 130, 135, 137, 144, 154, 184, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224

Trabalho 6, 9, 18, 19, 20, 23, 30, 41, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 147, 152, 154, 159, 160, 165, 167, 178, 180, 182, 195, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243

Transformação 6, 15, 75, 81, 84, 103, 124, 126, 130, 138, 148, 155, 190, 192, 202, 203, 206, 216, 237, 240, 241, 243

U

Universidade 1, 26, 41, 53, 62, 64, 66, 78, 99, 102, 108, 116, 135, 136, 139, 146, 159, 169, 170, 175, 176, 209, 214, 215, 218, 219, 222, 223, 231, 232, 234, 239, 245

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021